

J.16 – OFÍCIOS “S” (OFS)

Pendentes de apreciação ao início do período	64
Apresentados	24
OFS de anos anteriores apreciados em 2008	8
OFS apresentados em 2008 e apreciados	9
Apreciados	17
Pendentes de apreciação ao final do período	71

J.16.1 - Ofícios "S" (OFS) de anos anteriores

(OFS) Número	Número na Origem	Espécie	Assunto	Situação	OBS
7/1983	13/1983	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópias das notas taquigráficas e do acórdão proferido por aquele Tribunal nos autos do Recurso Extraordinário 97250-1, do Estado de São Paulo, o qual declarou a inconstitucionalidade da expressão 'maçã e', constante da alínea 'e' do inciso XV, do artigo quinto, do regulamento do Imposto de Circulação de Mercadorias, aprovado pelo Decreto 5410, de 30 de dezembro de 1974, do Estado de São Paulo, na redação dada pelo artigo primeiro, inciso i, do Decreto 14737, de 15 de fevereiro de 1980, do mesmo Estado.	Tramitando	
59/1990	149/1990	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando resultado da sessão plenária, realizada dia 21 de novembro de 1990, em que aquela Corte julgou a Ação Direta de Inconstitucionalidade número 41-1.	Tramitando	
5/1993	35/1993	1-Autorização p/ operação externa de natureza financeira	Do Presidente do Banco Central do Brasil encaminhando solicitação da Prefeitura Municipal de Santa Rosa da Serra (MG), para contratar operação de crédito no valor de CR\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de cruzeiros), a preços de setembro de 1992, junto ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A - BDMG.	Tramitando	
30/1996	75/1996	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição, parecer do Ministério Público e cópia do Acórdão transitado em julgado, proferido na Ação Originária nº 281-8/320, do Estado de Santa Catarina.	Tramitando	
31/1997	22/1997	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do parecer do Ministério Público Federal, da versão do registro taquigráfico do julgamento e do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 183119-7/210, que declarou a inconstitucionalidade, sem redução do texto, da expressão "correspondente ao período-base de 1989", com relação ao inciso II do art. 1º da Lei nº 7.988, de 1989.	Tramitando	
65/1997	150/1997	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por essa Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 194036, que declarou a inconstitucionalidade dos arts. 2º e 3º da Lei nº 6.747, de 1990, do Município de Santo André - SP.	Arquivado em 2008	

(OFS) Número	Número na Origem	Espécie	Assunto	Situação	OBS
22/1998	55/1998	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do parecer do Ministério Público Federal, da versão do registro taquigráfico do julgamento e do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 213735, que declarou a inconstitucionalidade do art. 7º, I e II, da Lei nº 6.989, de 1966, do Município de São Paulo, com a redação dada pela Lei nº 11.152, de 30.12.91.	Tramitando	
73/1998	133/1998	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado, do acórdão proferido por aquela Corte e da versão do registro taquigráfico do julgamento do Recurso Extraordinário nº 190363, que declarou a inconstitucionalidade do inciso II do art. 1º da Lei nº 8.033, de 12.04.90 (ISOF sobre operações com ouro).	Tramitando	
77/1998	182/1998	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do texto das Leis Complementares Municipais nºs 7/73 e 212/89, da versão do registro taquigráfico do julgamento, do parecer do Ministério Público Federal, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 179273, que declarou a inconstitucionalidade do art. 5º, § 1º, I, alíneas "a" a "f", da Lei Complementar Municipal nº 7, de 7.12.73, com a redação dada pela Lei Complementar Municipal nº 212, de 1989, ambas do Município de Porto Alegre-RS.	Tramitando	
1/1999	253/1998	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da Lei nº 6.545, de 2.6.91, do Município de Campinas (SP), do parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado, do acórdão proferido por aquela Corte e da versão do registro taquigráfico do julgamento do Recurso Extraordinário nº 199517, que declarou a inconstitucionalidade do art. 1º da referida Lei.	Arquivado em 2008	
13/1999	37/1999	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da Lei Federal nº 8.162, de 8.1.91, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado, do acórdão proferido por aquela Corte e da versão do registro taquigráfico do julgamento do Recurso Extraordinário nº 221946, que declarou a inconstitucionalidade dos incisos I e II do art. 7º da referida Lei.	Tramitando	
9/2000	153/2000	6-Outros assuntos	Da Câmara Municipal da Estância de Bragança Paulista, encaminhando cópia de propositura e sugerindo estudos no sentido de formalizar legislação apta a regulamentar a existência de loteamentos fechados no âmbito nacional.	Tramitando	
21/2000	44/2000	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei nº 8.874, de 18 de julho de 1989, do Estado do Rio Grande do Sul, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos da Ação Originária nº 604, que declarou a inconstitucionalidade das seguintes expressões, constantes dos arts. 1º, 2º e 3º da referida Lei Estadual: "mensal", "em cada ano" e "vedada, no caso de acumulação de férias, a dupla percepção da vantagem".	Tramitando	
41/2000	9/2000	6-Outros assuntos	Da Ouvidoria da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, encaminhando, nos termos do parágrafo único do art. 45 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o Relatório referente ao período de agosto de 1999 a março do corrente ano.	Tramitando	
48/2000	6889/2000	6-Outros assuntos	Do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, encaminhando informações sobre providências adotadas por esse Tribunal, em cumprimento às sugestões e determinações da CPI do Senado Federal, instalada para apurar irregularidades na autorização, emissão e negociação de títulos públicos ("CPI dos Títulos Públicos").	Tramitando	

(OFS) Número	Número na Origem	Espécie	Assunto	Situação	OBS
49/2000	164/2000	6-Outros assuntos	Da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria Geral da República no Estado do Rio de Janeiro, recomendando a revogação do art. 109 do Decreto-Lei nº 2.063, de 1940, bem como a edição de dispositivo compatível com a atual Lei de Seguros Privados (Decreto-Lei nº 73, de 1966), com a Constituição Federal e todos os demais diplomas legais que amparam os interesses do menor, objetivando a cobertura dos riscos, tais como acidentes, doenças, morte natural, violência física, inclusive a policial, a que estão expostos os menores de quatorze anos.	Tramitando	
51/2000	291/2000	6-Outros assuntos	Da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco, encaminhando informações sobre as providências adotadas pelo Ministério Público desse Estado em face das conclusões constantes do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 1.101, de 1996 ("CPI dos Títulos Públicos").	Tramitando	
55/2000	825/2000	6-Outros assuntos	Do Presidente do Tribunal de Contas de Pernambuco, encaminhando cópia da Decisão nº 1.830, de 1997, daquela Corte, bem como dos seus fundamentos, em resposta a Ofícios desta Casa, que solicitaram informações sobre as providências adotadas por aquele Tribunal em cumprimento às determinações e sugestões contidas no Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Títulos Públicos.	Tramitando	
7/2001	5202/2001	6-Outros assuntos	Do Banco Central do Brasil, colocando-se à disposição do Senado Federal, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 2000, para prestar os esclarecimentos necessários, em data considerada oportuna por essa Casa, sobre a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial.	Tramitando	
24/2001	104/2001	6-Outros assuntos	Do Ministério Público de Minas Gerais, encaminhando cópia do trabalho jurídico intitulado "A Reforma in Pejus do Código de Processo Penal - O Perigo Iminente de Prescrição ou da Impunidade - A Sociedade em Perigo Virtual", referente a artigos da reforma do processo penal.	Tramitando	
27/2001	75/2001	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 192527, que declarou a inconstitucionalidade do inciso XXII e da alínea b do inciso XXIII do art. 52, da Lei Complementar nº 1, de 1990, Lei Orgânica do Município de Antonina, Estado do Paraná, na redação dada pela Emenda nº 7, de 1992, do referido Município (julgamento de Prefeito - invasão da competência do Tribunal de Justiça pela Câmara Municipal).	Tramitando	
5/2002	6/2002	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei Complementar nº 118, de 12 de dezembro de 1990, do Município de Novo Hamburgo - RS, da versão do registro taquigráfico, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 225132, que declarou a inconstitucionalidade do art. 1º da referida Lei complementar municipal, que deu nova redação ao art. 15 da Lei nº 48, de 20 de dezembro de 1973 (progressividade do IPTU), comunicando que os autos não foram remetidos à Procuradoria-Geral da República para emissão de parecer.	Tramitando	
6/2002	8/2002	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei Estadual nº 8.874, de 18 de julho de 1989, do Estado do Rio Grande do Sul, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos da Ação Originária nº 516, que declarou a inconstitucionalidade do art. 2º da referida Lei (gratificação de férias dos membros do Ministério Público)	Tramitando	

(OFS) Número	Número na Origem	Espécie	Assunto	Situação	OBS
7/2002	7/2002	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei nº 3.931, de 10 de outubro de 1991, e da Lei nº 4.196, de 14 de dezembro de 1992, que deram nova redação ao art. 15 da Lei nº 2.210, de 27 de dezembro de 1977, todas do Município de Guarulhos/SP, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 229164, que declarou a inconstitucionalidade do art. 2º da Lei nº 3.931, de 1991, e do art. 1º da Lei nº 4.196, de 1992 (progressividade do IPTU), esclarecendo que os autos não foram remetidos à Procuradoria-Geral da República.	Arquivado em 2008	
20/2002	4559/2002	6-Outros assuntos	Da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, encaminhando cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída naquela Casa legislativa, com a finalidade de apurar eventuais irregularidades na distribuição, comercialização e na qualidade de combustíveis naquele Estado.	Tramitando	
24/2002	100/2002	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei Complementar nº 37, de 1998, do Município de Aracaju, Estado de Sergipe, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 293536, que declarou a inconstitucionalidade da referida lei municipal (cobrança de Taxa de Conservação e Manutenção das Vias Públicas).	Arquivado em 2008	
9/2003	116/2003	6-Outros assuntos	Do Supremo Tribunal Federal, dando conhecimento ao Senado Federal de ofício encaminhado aos Governadores dos Estados, solicitando providências no sentido de que seja preservada a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, tendo em vista os recentes assassinatos de membros do Poder Judiciário em São Paulo e no Espírito Santo.	Tramitando	
8/2004	88/2004	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 197917, que declarou a inconstitucionalidade do parágrafo único do art. 6º da Lei Orgânica nº 226, de 31 de março de 1990, do Município de Mira Estrela, Estado de São Paulo (fixa o número de vereadores do Município).	Tramitando	
10/2004	96/2004	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 266994, que declarou a inconstitucionalidade da Emenda nº 1/95 à Lei Orgânica do Município de Teodoro Sampaio/SP (fixa o número de vereadores).	Tramitando	
11/2004	97/2004	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 273844, que declarou a inconstitucionalidade do § 2º do art. 15 da Lei Orgânica do Município de Alto Alegre/SP, de 1990 (fixa o número de vereadores).	Tramitando	
12/2004	99/2004	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 276546, que declarou a inconstitucionalidade do § 2º do art. 10 da Lei Orgânica do Município de Palmeira D'Oeste/SP, de 1990 (fixa o número de vereadores).	Tramitando	

(OFS) Número	Número na Origem	Espécie	Assunto	Situação	OBS
13/2004	98/2004	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 282606, que declarou a inconstitucionalidade do § 1º do art. 15 da Lei Orgânica do Município de Glicério/SP, de 1990 (fixa o número de vereadores).	Tramitando	
14/2004	95/2004	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 274384, que declarou a inconstitucionalidade do art. 14 da Lei Orgânica do Município de Guararapes/SP, de 1990 (fixa o número de vereadores).	Tramitando	
15/2004	106/2004	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 199522, que declarou a inconstitucionalidade do § 2º do art. 11 da Lei Orgânica do Município de Pontes Gestal, Estado de São Paulo (fixa o número de Vereadores).	Tramitando	
16/2004	107/2004	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 300343, que declarou a inconstitucionalidade do inciso II do art. 7º da Lei Orgânica do Município de Porto Ferreira, Estado de São Paulo, com a redação dada pela Emenda nº 1, de 25 de fevereiro de 1992 (fixa o número de Vereadores).	Tramitando	
25/2004	129/2004	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 255858, que declarou a inconstitucionalidade do art. 2º e da expressão "retroagindo os efeitos do disposto no art. 1º, a 1º de fevereiro de 1995" do art. 7º, da Lei nº 11.722, de 13 de fevereiro de 1995, do Município de São Paulo (reajuste salarial de servidores públicos do Município de São Paulo, referente ao mês de fevereiro de 1995).	Arquivado em 2008	
27/2004	145/2004	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminhando cópia da legislação, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 274048, que declarou a inconstitucionalidade do art. 7º da Lei Orgânica do Município de Ibitinga/SP, de 5 de abril de 1990, e do art. 9º da Lei Orgânica do Município de Tabatinga/SP, de 3 de abril de 1990 (fixa o número de vereadores).	Tramitando	
4/2005	215/2004	6-Outros assuntos	Do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, órgão do Ministério da Justiça, encaminhando o Relatório elaborado por ocasião da Reunião comemorativa dos 80 anos da criação dos Conselhos Penitenciários Estaduais, realizada nos dias 8 e 9 de novembro de 2004, em Brasília. O referido Relatório apresenta a situação descrita por cada Estado da Federação e ressalta a necessidade de uma implementação efetiva dos Conselhos de Comunidade e dos Patronatos para atender à determinação da Lei nº 7.210, de 1984.	Tramitando	
5/2005	105/2004	6-Outros assuntos	Do Conselho de Comunicação Social, encaminhando a Recomendação nº 1, de 2004, daquele Conselho, que relata problemas identificados na constituição de empresas, no mercado e na regulamentação do Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e Áudio por Assinatura por Satélite (DHT).	Tramitando	

(OFS) Número	Número na Origem	Espécie	Assunto	Situação	OBS
10/2005	30/2005	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 253906, que declarou a inconstitucionalidade da Resolução nº 2.389/93, do Secretário de Fazenda do Estado de Minas Gerais (apuração do valor adicionado para efeito de distribuição da parcela do ICMS pertencente aos Municípios).	Tramitando	
42/2005	1.508/2005	6-Outros assuntos	Do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, encaminhando cópia do Agravo de Instrumento nº 2004.002.16151 nos autos da Ação Popular nº 2000.00134.370, onde se discute a exibição de provas que representam invasão de escrita e de documentação contábil da parte adversa.	Tramitando	
2/2006	21/2006	6-Outros assuntos	Do Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando ao Senado Federal cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ação criminosa das milícias privadas e dos grupos de extermínio em toda a Região Nordeste (CPI - Extermínio no Nordeste).	Tramitando	
4/2006	10/2006	6-Outros assuntos	Da Deputada Federal Sandra Batista, encaminhando abaixo assinado coletado no Estado do Pará que solicita a anulação da Resolução nº 85, de 1998, da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, que "aprova o regulamento do serviço telefônico comutado".	Tramitando	1
8/2006	-	6-Outros assuntos	Do Sr. Perly Cipriano, encaminhando deliberações da 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada em Brasília, no período de 23 a 26 de maio de 2006.	Tramitando	
10/2006	74/2006	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da legislação, dos pareceres do Ministério Público Federal, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Habeas Corpus nº 85056, referentes à declaração incidental da inconstitucionalidade do § 3º do art. 6º do Regimento Interno das Turmas Recursais do Estado de Minas Gerais, na redação dada pela Instrução nº 1, de 14 de agosto de 2002 (impedimento do juiz prolator da sentença para integrar a turma julgadora).	Transformado em Projeto de Resolução do Senado PRS 4/2008 Sessão: 21/02/2008	
11/2006	71/2006	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da legislação, do parecer do Ministério Público Federal, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, no recurso extraordinário nº 358273, cuja publicação ocorreu no Diário da Justiça de 15 de agosto de 2006, mediante o qual o Plenário desta Corte declarou a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei 9.718, de 27 de novembro de 1998.	Tramitando	
12/2006	72/2006	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da legislação, do parecer do Ministério Público Federal, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, no recurso extraordinário nº 357950, cuja publicação ocorreu no Diário da Justiça de 15 de agosto de 2006, mediante o qual o Plenário desta Corte declarou a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei 9.718, de 27 de novembro de 1998.	Tramitando	
13/2006	73/2006	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da legislação, do parecer do Ministério Público Federal, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, no recurso extraordinário nº 390840, cuja publicação ocorreu no Diário da Justiça de 15 de agosto de 2006, mediante o qual o Plenário desta Corte declarou a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei 9.718, de 27 de novembro de 1998.	Tramitando	

¹ Constou no Relatório de 2006 classificado como "suspensão de execução de lei inconstitucional".

(OFS) Número	Número na Origem	Espécie	Assunto	Situação	OBS
14/2006	75/2006	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da legislação, do parecer do Ministério Público Federal, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, no habeas corpus nº 82959, cuja publicação ocorreu no Diário da Justiça de 1º de setembro de 2006, que declarou a inconstitucionalidade do art. 2º, § 1º, da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990.	Tramitando	
16/2006	87/2006	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Senado Federal, para os efeitos ao art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº 346084, mediante o qual o Plenário do Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998.	Tramitando	
1/2007	408/2007	6-Outros assuntos	Do Senhor Tarso Genro, Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, encaminhando decisão do Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do Brasil que acolheu proposta no sentido da atualização e modernização da normatividade infraconstitucional com relação ao funcionamento das comissões parlamentares de inquérito.	Tramitando	
16/2007	73/2007	6-Outros assuntos	Da Prefeitura de Goiânia/GO, solicitando providências visando à alteração da Resolução nº 40, de 2006, do Senado Federal, que prorrogou prazos constantes da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal.	Tramitando	
37/2007	18/2007	6-Outros assuntos	Do Governo do Estado do Paraná, encaminhando, para conhecimento, documentação relativa ao pleito daquele Estado junto à União - Ministério da Fazenda - PGFN, e da Declaração de Apoio firmado pelo Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul - Codesul, no que se refere aos títulos públicos (títulos podres) e multa contratual.	Tramitando	
38/2007	238/2007	6-Outros assuntos	Da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais, encaminhando Proposta de Reforma Tributária elaborada por aquela entidade.	Tramitando	
41/2007	913/2007	6-Outros assuntos	Do Procurador-Geral da República, encaminhando cópia de representação formulada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Jornalísticas e de Radiodifusão de Imperatriz/MA - Sindijori, noticiando possíveis irregularidades na concessão pública para exploração de radiodifusão pela Rádio Curimã/TV Difusora (repetidora do SBT).	Tramitando	
43/2007	526/2007	6-Outros assuntos	Do Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, na condição de Secretário Executivo do Conselho de Defesa Nacional, solicitando a manifestação do Presidente do Senado Federal, na condição de membro do referido Conselho, sobre a proposta de concessão da Floresta Nacional de Macauã, situada na faixa de fronteira do Município de Sena Madureira, Estado do Acre.	Tramitando	
45/2007	80/2007	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia dos pareceres da Procuradoria-Geral da República, da versão dos registros taquigráficos do julgamento, da legislação questionada, das certidões de trânsito em julgado e dos acórdãos proferidos por aquela Corte, nos autos dos Agravos Regimentais nos Agravos de Instrumento nºs 398933 e 408914, que declararam a inconstitucionalidade do art. 250 do Decreto-Lei nº 5, de 15 de março de 1975, com as redações dadas pelas Leis nºs 3.188 e 3.344, de 22 e 29 de dezembro de 1999, todos do Estado do Rio de Janeiro (recurso administrativo - depósito prévio).	Transformado em Projeto de Resolução PRS 12/2008 Resolução nº 7, de 17/04/2008.	
46/2007	1032/2007	6-Outros assuntos	Do Banco do Brasil, encaminhando as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2006, devidamente auditadas, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste.	Tramitando	

(OFS) Número	Número na Origem	Espécie	Assunto	Situação	OBS
47/2007	323/2007	6-Outros assuntos	Da Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Acre, subscrito pelo Juiz Federal Substituto em exercício na 3ª Vara daquela Corte, encaminhando cópia das decisões proferidas nas Ações Penais nºs 2007.30.00.001272-2 e 2007.30.00.002318-7, movidas pelo Ministério Público Federal contra Franklin Mendoza Doria Medina e outro, para ciência e exame de providências que permitam a execução, com segurança e praticidade, de rogatórias na Bolívia.	Arquivado (Parecer nº 698, de 2008-CRE) Sessão: 14/07/2008	
48/2007	324/2007	6-Outros assuntos	Da Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Acre, subscrito pelo Juiz Federal Substituto em exercício na 3ª Vara daquela Corte, encaminhando cópia das decisões proferidas nas Ações Penais nºs 2007.30.00.001272-2 e 2007.30.00.002318-7, movidas pelo Ministério Público Federal contra Franklin Mendoza Doria Medina e outro, para ciência e exame de providências que permitam a execução, com segurança e praticidade, de rogatórias na Bolívia.	Tramitando	
50/2007	99/2007	6-Outros assuntos	Da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guamá, encaminhando ao Senado Federal o relatório das vistorias realizadas nos bairros Padre Ângelo (Jaderlândia) e Perpétuo Socorro, com relação à construção das obras inacabadas de melhorias sanitárias domiciliares para controle de agravos, incluindo o sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário, assim como também os sistemas de abastecimento de água implantados no Município de São Miguel do Guamá, Estado do Pará - Projeto Alvorada.	Tramitando	
53/2007	554/2007	6-Outros assuntos	Da Prefeitura de Rio das Ostras, Estado do Rio de Janeiro, encaminhando informações com vistas a contratar empreendimentos por intermédio de parcerias público-privadas.	Tramitando	
54/2007	7.860/2007	6-Outros assuntos	Do Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, encaminhando cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada no âmbito daquela Casa legislativa, para investigar irregularidades praticadas por distribuidoras e corretoras de valores e câmbio.	Tramitando	
55/2007	2.006/2007	6-Outros assuntos	Do Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando ao Senado Federal, cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as causas, conseqüências e responsáveis pela crise do sistema de tráfego aéreo brasileiro, desencadeada após o acidente aéreo ocorrido no dia 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800, da Gol (Voo 1907), e um jato Legacy, da América Excelaire, com mais de uma centena de vítima (CPI - Crise do Sistema de Tráfego Aéreo).	Tramitando	
56/2007	728/2007	6-Outros assuntos	Do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, encaminhando ao Senado Federal cópia do Ofício 253, de 13/11/2007, de autoria do Deputado Giovanni Queiroz, que apresenta considerações sobre os custos unitários constantes do projeto de lei orçamentária para 2008.	Tramitando	

J.16.2 - Ofícios "S" (OFS) de 2008

(OFS) Número	Número na Origem	Espécie	Assunto	Leitura / Data	Situação
1/2008	OFC nº 2111/2007, da CD	5 – Indicação de membro do Conselho Nacional do Ministério Público	Comunica, nos termos do disposto no inciso VI do art. 130-A da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004, e no art. 5º da mesma Emenda Constitucional, a eleição do Senhor FRANCISCO MAURÍCIO RABELO DE ALBUQUERQUE SILVA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, em sessão realizada no dia 5 de dezembro de 2007, no Plenário da Câmara dos Deputados.	07/02/2008	Aprovada a indicação (Parecer nº 307, de 2008-CCJ) Sessão: 14/05/2008.
2/2008	OFC nº 2112/2007, da CD	4 – Indicação de membro do Conselho Nacional de Justiça	Comunica ao Senado Federal que, em sessão realizada dia 5 de dezembro de 2007, o Plenário desta Casa elegeu o Senhor MARCELO ROSSI NOBRE para compor o Conselho Nacional de Justiça.	12/02/2008	Aprovada a indicação (Parecer nº 200/2008-CCJ) Sessão: 25/03/2008.
3/2008	-	-	-	-	-
4/2008	Of. nº 19/2008, do STF	2 – Suspensão de execução de lei inconstitucional	Comunica ao Senado Federal, que o Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária realizada no dia 27 de fevereiro de 2008, conheceu da Ação impetrada pelo Partido Democrático Trabalhista - PDT, contra o Presidente da República e o Congresso Nacional, em Medida Cautelar em Arguição de descumprimento de preceito fundamental nº 130.	05/03/2008	Tramitando
5/2008	Of. nº 274/2008, do BNB	Outros assuntos	Encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, as demonstrações contábeis referentes ao ano de 2007, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.	11/03/2008	Tramitando
6/2008	Of. nº 22/2008, do STF	4 – Indicação de membro do Conselho Nacional de Justiça	Comunica ao Senado Federal a indicação do Ministro Gilmar Mendes para a Presidência do Conselho Nacional de Justiça, igualmente eleito para o cargo de Presidente do Supremo Tribunal Federal, para o biênio 2008/2010.	13/03/2008	Aprovada a indicação (Parecer nº 201/2008-CCJ) Sessão: 25/03/2008.
7/2008	Of. nº 270/2008, da PGR	Outros assuntos	Encaminha ao Senado Federal recomendação relativa aos atos de outorga de serviços de radiodifusão concedidos pelo Ministério das Comunicações à empresa FH Comunicação e Participação Ltda, na cidade de Panorama, Estado de São Paulo.	01/04/2008	Tramitando
8/2008	Of. nº 16/2008	Relatórios de Fiscalização da Controladoria-Geral da União	Encaminha ao Senado Federal, cópia do Relatório nº 973 de 2007, da Controladoria Geral da União, relativa a inspeção proveniente ao 23º sorteio do Programa de Fiscalização a partir de sorteios públicos.	03/04/2008	Arquivado (Parecer nº 1.198/2008 – CMA) Sessão: 03/12/2008
9/2008	Of. nº 148/2008, do MMA	Outros assuntos	Encaminha ao Senado Federal, o Relatório sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, referente ao ano de 2007.	07/04/2008	Tramitando
10/2008	Of. nº 94/2008, da ANEEL	Outros assuntos	Encaminha ao Senado Federal, para conhecimento, o Relatório de Gestão da Prestação de Contas Anual 2007, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.	02/05/2008	Tramitando
11/2008	Of. nº 11671 de 2008, do MCT	Relatórios de Fiscalização da Controladoria-Geral da União	Encaminha ao Senado Federal, para conhecimento e eventuais consultas, em CD, os Relatórios de Fiscalização, contendo os resultados das ações levadas a efeito pela Controladoria-Geral da União nas unidades municipais sorteadas na 24ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos.	29/04/2008	Tramitando

(OFS) Número	Número na Origem	Espécie	Assunto	Leitura / Data	Situação
12/2008	S/N	Outros assuntos	Encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 52, VII e IX, da Constituição Federal; e das Resoluções nºs 78, de 1998, e 43, de 2001, a renovação da operação de crédito para refinanciamento dos títulos públicos emitidos pelo Estado de Santa Catarina (LFTSC), anteriormente concedida pela Resolução nº 38, de 2000, sem prejuízo de excluir o valor refinanciado do cálculo previsto no art. 3º da Resolução nº 40, de 2001, até 31 de dezembro de 2011, para que se possa efetuar o pagamento dos créditos oriundos de ações e condenações judiciais decorrentes dos títulos originalmente emitidos.	06/05/2008	Arquivado (Retirado, a pedido do autor, o Governador do Estado de SC) Sessão: 27/05/2008.
13/2008	Of. nº 117/2008, do MPF-RO	Outros assuntos	Encaminha ao Senado Federal documentos referentes a indícios de exploração ilegal de madeira nas terras indígenas do Estado de Rondônia.	08/05/2008	Tramitando
14/2008	Of. nº 180/2008	Relatórios de Fiscalização da Controladoria-Geral da União	Encaminha ao Senado Federal, cópia da manifestação da Prefeitura Municipal de Quatro Barras - PR sobre o Relatório nº 974/2007, da Controladoria-Geral da União, relativa a inspeção proveniente do 23º sorteio do Programa de Fiscalização a partir de sorteios públicos.	09/05/2008	Tramitando
15/2008	Of. nº 259/2008, do MPC-RS	Outros assuntos	Encaminha ao Senado Federal estudos sobre a aplicação de recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, do Estado do Rio Grande do Sul.	13/05/2008	Arquivado (Parecer nº 830, de 2008, da CE) Sessão: 12/08/2008.
16/2008	Of. nº 17747/2008, da CGU	Relatórios de Fiscalização da Controladoria-Geral da União	Encaminha ao Senado Federal, Relatório de Fiscalização, em CD, relativos a inspeção nas unidades municipais proveniente do 25º sorteio do Programa de Fiscalização a partir de sorteios públicos.	12/06/2008	Tramitando
17/2008	Of. nº 6/2008	Outros assuntos	Do Governador do Estado de Rondônia relatando os efeitos da Guerra fiscal entre os Estados e seu uso político contra o Estado de Rondônia.	12/06/2008	Tramitando
18/2008	Of. nº 289/2008	Outros assuntos	Encaminha ao Senado Federal, em atendimento ao § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, informações referentes à contratação de parceria público-privada da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo.	19/06/2008	Tramitando
19/2008	Of. nº 31/2008	Outros assuntos	Comunica que assumiu a Presidência do Conselho de Desenvolvimento e Integração - Codesul, e encaminha cópia da Carta de Porto Alegre, que resume as declarações, moções e protocolos aprovados durante o X Fórum de Governadores do Codesul e da Crecena-Litoral, assinado pelos Governadores dos Estados de Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e representantes das Províncias argentinas de Chaco, Entre Rios, Formosa, Misiones e Santa Fé.	27/06/2008	Arquivado (OF. nº 092/2008-CRE) Sessão: 01/08/2008.
20/2008	Of. nº 558/2008, do STJ	4 – Indicação de membro do Conselho Nacional de Justiça	Comunica ao Senado Federal que o Ministro Gilson Langaro Dipp foi eleito por esta Corte para compor o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2008/2010, em conformidade com o que dispõe o inciso II do art. 103-B da Constituição Federal.	11/08/2008	Aprovada a indicação (Parecer nº 846, de 2008-CCJ) Sessão: 26/08/2008.
21/2008	Of. nº 47/2008, do STF	2 – Suspensão de execução de lei inconstitucional	Encaminha, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no recurso extraordinário nº 218874, bem como cópia da legislação, do parecer da Procuradoria-Geral da República e da certidão de trânsito em julgado que declarou incidentalmente a inconstitucionalidade da Lei Complementar nº 101, de 29 de dezembro de 1993, do Estado de Santa Catarina (Reajuste automático de vencimento dos servidores do Estado-membro, vinculado ao incremento da arrecadação do ICMS e a índice de correção monetária).	19/08/2008	Tramitando
22/2008	Of. nº 400/2008, da CDH/SF	6 – Outros assuntos	Denúncia de violação de direitos humanos ocorridas no Oitavo Batalhão de Infantaria de Selva, em Tabatinga, Estado do Amazonas.	24/11/2008	Tramitando

(OFS) Número	Número na Origem	Espécie	Assunto	Leitura / Data	Situação
23/2008	Of. nº 37101/2008, da CGU	Relatórios de Fiscalização da Controladoria-Geral da União	Encaminha ao Senado Federal, em CD, Relatórios de Fiscalização contendo os resultados das ações levadas a efeito nas unidades municipais sorteadas na 26ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos.	04/12/2008	Tramitando
24/2008	Of. nº 83/2008, do STF	2 – Suspensão de execução de lei inconstitucional	Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº 556664, da referida legislação e da certidão de trânsito em julgado, pelo qual o Plenário daquela Corte negou provimento, declarando a inconstitucionalidade dos artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212/91 e do parágrafo único do art. 5º do Decreto Lei nº 1.569/77.	22/12/2008	Tramitando
25/2008	Of. nº 84/2008, do STF	2 – Suspensão de execução de lei inconstitucional	Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº 559882, da referida legislação e da certidão de trânsito em julgado, pelo qual o Plenário daquela Corte negou provimento, declarando a inconstitucionalidade dos artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212/91 e do parágrafo único do art. 5º do Decreto Lei nº 1.569/77.	22/12/2008	Tramitando (Em conjunto com o OFS nº 24/2008, nos termos do §1º do art. 48 do RISF)